

UTENTES EXIGEM ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE!

A SAÚDE É UM DIREITO NÃO É UM NEGÓCIO!

A Plataforma Lisboa em Defesa do SNS escolheu, de forma simbólica, estar hoje à porta do Centro de Saúde Algueirão - Mem Martins para protestar pela falta de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) às necessidades das populações, designadamente do concelho de Sintra. Este Centro de Saúde tem boas instalações, inauguradas há 3 anos, mas falta o principal: médicos, enfermeiros e outros profissionais.

Em Algueirão - Mem Martins há 29 025 utentes – 74,5% - sem médico de família e o concelho de Sintra tem também uma elevada taxa de utentes sem médico e de família, 34,23%, 124 025 utentes (Novº 2024).

O Hospital Amadora-Sintra há muito tempo que apresenta problemas de subdimensionamento, atendendo que os concelhos de Sintra e Amadora têm mais de 396 000 e de 174 000 habitantes, respectivamente, de grande heterogeneidade e com camadas significativas de pessoas muito vulneráveis.

A Unidade Local de Saúde - ULS Amadora/Sintra:

- ❖ Foi a Unidade de Lisboa e Vale do Tejo com **mais episódios de Urgência** (Novembro de 2024) o que corresponde a uma significativa camada da população muito vulnerável e a um número significativo de utentes sem cuidados de saúde primários.
- ❖ Teve cerca de 10% de **cirurgias realizadas com tempo de espera superior ao TMRG** (Tempo Máximo de Resposta Garantido), tem **1 700 doentes à espera de cirurgia**, e ainda 56,50% de **Consultas realizadas com tempo superior ao TMRG**.

Constata-se que a contratualização com o sector privado - Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGI) - muitas vezes, não resolve o problema do tempo de espera, pois por exemplo, no Hospital CUF Sintra é 12,5% superior ao TMRG e no Trofa Saúde - Hospital Amadora é de 50,2% maior.

A saúde não pode ser um negócio!

O concelho de Sintra, lamentavelmente, não é uma ilha isolada. Têm sido recorrentes notícias diárias sobre a incapacidade de atendimento/resposta do Serviço Nacional de Saúde às necessidades da população, em particular em regiões mais deficitárias, como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, são 1.042.745 utentes (27,7%) sem médico de família (Dez 2024). A população aguarda longas horas por uma resposta nas urgências e longos meses, até anos, por um agendamento de uma consulta. **As Unidades de Saúde Públicas – USP funcionam, variadas vezes, com falta de profissionais** considerados necessários nesta área, como médicos e enfermeiros desta especialidade ou de saúde comunitária e técnicos de saúde ambiental. No final de Janeiro, estavam à espera de vaga em Cuidados Continuados 645 utentes. Na sua maioria estavam à espera de resposta para Unidades de Longa Duração e Manutenção e para Unidades de Média Duração e Reabilitação. 32,5% dos utentes em espera no país estão na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A despesa das famílias com a saúde tem vindo a aumentar e, em 2023, correspondeu a 29,8% do total.

O SNS continua a não ter condições para atrair profissionais de saúde, essencialmente médicos porque as remunerações são baixas e as condições de trabalho muitas vezes são más, como a falta de equipamentos, equipas multidisciplinares incompletas e sem autonomia para se poderem organizar. Foram abertas 225 vagas para médicos recém-especialistas de Medicina Geral e Familiar mas mais de 70% ficaram por preencher.

O actual Governo prometeu resolver rapidamente os principais problemas, deixados pelos anteriores governos do PS, mas os meses vão passando e alguns desses problemas ainda pioraram: os Planos de contingência do verão e de inverno não resultaram; as grávidas a andarem *em bolandas* e bebés a nascerem em ambulâncias; tempos de espera nas urgências completamente desastrosos. Tem mostrado também falta de ética política, não tendo perdido tempo no que respeita aos *jobs for de boys*, assistindo-se a um rodar de cadeiras constante: pelo menos 8 saídas da direcção dos hospitais, para além noutras altas funções no Ministério da Saúde.

Segundo o Plano de Emergência da Saúde serão criados quatro agrupamentos com cinco Unidades de Saúde Familiar modelo C cada, dois dos quais em Lisboa, um em Leiria e outro no Algarve, cobrindo até 180 mil utentes, ou seja será para sair do Orçamento do Estado uma verba significativa para o privado, em detrimento de investimento necessário nos cuidados de saúde primários do SNS.

Em 1999, os hospitais do SNS eram responsáveis por 84,4% do total dos hospitais. Em cerca de vinte anos dá-se uma enorme inversão: em 2022 havia apenas 112 hospitais no SNS e o sector privado já representava 53,9%, com 131 hospitais.

Esta é a radiografia de alguns dos principais problemas do SNS da responsabilidade da política de direita de governos do PS e PSD, com a descapitalização dos seus recursos humanos e físicos e de protecção aos grandes grupos privados.

É preciso reverter esta política que não serve os interesses da população!

O Governo tem de deixar de *ter orelhas moucas* à necessidade de promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social, de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social.

É urgente ir às causas dos problemas no SNS, e tomar medidas para as resolver.

Temos soluções, exigimos:

- O reforço imediato do investimento e financiamento do SNS.
- A atribuição de médico e enfermeiro de família a todos os utentes.
- A ampliação das equipas das USP nas Unidades Locais de Saúde.
- O acelerar da construção do Hospital de Sintra.
- O aumento significativo da remuneração base e a valorização das carreiras dos profissionais de saúde, de forma a poder reforçar a contratação e a retenção dos trabalhadores.
- A gestão pública, com autonomia, de todas as unidades do SNS e dos respectivos serviços.

17.Fevereiro.2025